



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

**Processo Administrativo nº0000763-10.2026.6.12.8000**

**Referência: Resolução CNJ 468/2022**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de serviços continuados de locação de nobreak de grande porte, com capacidade mínima de 20kVA (sistema de potência ininterrupta, on-line), bem como a respectiva instalação do equipamento, os serviços de manutenção preventiva e corretiva, visando o fornecimento de energia ininterrupta, principalmente para a solução de backup instalada no "Rack Cofre".

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)	Intervalo mínimo entre lances
1	Locação de Sistema de Potência Ininterrupta (Nobreak) 20kVA, incluindo instalação e manutenção integral	22233	mês	12	<b>R\$ 2.278,67</b>	<b>R\$ 27.344,04</b>	R\$ 1,00

1.2. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, **prevalecerá** esta última.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria DG/TRE/MS nº 131/2023.

1.4. O objeto possui natureza de Serviço Comum de TIC, de caráter continuado, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.5. O prazo de vigência e execução da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. O saldo contratual, porventura existente no final da vigência do

contrato, ficará automaticamente decrescido do valor da contratação, nos termos do artigo 124, I, b, c/c 126, ambos da Lei 14.133/2021, **estando o contratante autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho.**

1.5.2. Efetuar a liquidação antecipada de despesas de natureza continuada no mês de dezembro e que tenham vencimento no mês de janeiro do exercício posterior, a fim de evitar a inscrição de despesas em restos a pagar, conforme recomendação da AJDG no Parecer 1263 (0947977) e Decisão (0948049).

1.5.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O serviço é enquadrado como **continuado**, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei 14.133/2021, tendo em vista que serve para a manutenção da atividade administrativa, decorrente de necessidades permanentes de fornecimento de energia ininterrupta e estável para os equipamentos críticos de TIC. Esta contratação justificada pelos seguintes motivos:

1.6.1. Garantir a estabilidade e a segurança elétrica das operações de TIC, evitando interrupções abruptas de energia que possam causar indisponibilidade de serviços, perda de dados ou danos físicos aos equipamentos do órgão.

1.6.2. Assegurar o pleno funcionamento do sistema de potência ininterrupta (Nobreak) por meio de manutenção preventiva e corretiva integrada à locação, transferindo para a contratada o ônus por eventuais desgastes de baterias e componentes durante a vigência da contratação.

1.6.3. Estabelecer um atendimento ágil e especializado para o restabelecimento imediato de energia crítica em caso de falhas, por meio do cumprimento rigoroso dos Acordos de Nível de Serviço (SLA) estabelecidos.

1.7. Para garantir a segurança e a qualidade na prestação dos serviços de instalação, suporte e manutenção do equipamento, a CONTRATADA deverá assegurar a seguinte qualificação e perfil para a equipe responsável:

1.7.1. A empresa deverá possuir em seu quadro de pessoal, profissional com formação atualizada no curso de **NR-10** (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade).

1.7.2. A CONTRATADA deve dispor de equipe de técnicos e engenheiros eletricitas ou eletrônicos, devidamente capacitados e certificados pelo fabricante do equipamento ofertado.

1.7.3. Essa equipe deverá estar disponível para suporte presencial (em regime de sobreaviso ou por meio de acionamento de chamados), em estrito cumprimento aos tempos de resposta e solução definidos no Acordo de Nível de Serviço (SLA).

1.8. Da Comprovação das Capacitações Profissionais:

1.8.1. A comprovação da qualificação descrita no subitem 1.7.1 (capacitação em NR-10) se dará junto à fiscalização da contratação em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo Contratual, mediante a apresentação do respectivo certificado de formação do profissional e da comprovação de seu vínculo formal com a empresa contratada.

1.8.2. A comprovação das demais capacitações (como a certificação

pelo fabricante) deverá ocorrer no início da vigência do contrato ou conforme demandado pela fiscalização, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis previstas em contrato.

## **2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **ANEXO I-a** deste Termo de Referência (documento 2011616 do processo 0000763-10.2026.6.12.8000).

2.2. A solução consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de 01 (um) Sistema de Potência Ininterrupta (Nobreak) de 20kVA**, destinado ao ambiente crítico do "Rack Cofre", localizado no prédio-sede do TRE-MS.

2.3. Especificações e Escopo dos Serviços:

2.3.1. A contratação compreende uma solução integrada de fornecimento contínuo em que o valor da locação engloba, obrigatoriamente, os seguintes serviços agregados:

2.3.1.1. Fornecimento do equipamento Nobreak (tecnologia *On-line* de Dupla Conversão, sem tempo de transferência - zero ms).

2.3.1.2. Frete, seguro, transporte horizontal e vertical, e descarregamento no local exato de instalação.

2.3.1.3. Instalação física, elétrica, testes de carga, configuração de rede (gerenciamento SNMP) e *start-up* operacional.

2.3.1.4. Manutenção integral (preventiva e corretiva) durante toda a vigência do contrato, com fornecimento e substituição de peças, placas eletrônicas, ventiladores e banco de baterias sem qualquer custo adicional ao TRE-MS.

2.3.1.5. Desinstalação e retirada do equipamento do prédio-sede ao término do contrato.

2.4. Do Ciclo de Vida do Objeto

2.4.1. O ciclo de vida da solução contratada divide-se nas seguintes fases:

2.4.1.1. **Fase 1 (Implantação):** Entrega, instalação física e elétrica, configuração lógica e testes para emissão do Termo de Aceite Definitivo.

2.4.1.2. **Fase 2 (Operação e Sustentação):** Período de vigência de 12 (doze) meses em que o equipamento fornecerá energia ininterrupta, amparado por manutenções preventivas periódicas e suporte corretivo sob demanda, obedecendo aos Acordos de Nível de Serviço (SLA).

2.4.1.3. **Fase 3 (Desmobilização):** Desligamento seguro, desinstalação e remoção do equipamento pela CONTRATADA após o fim da vigência contratual, sem causar interrupção aos serviços do TRE-MS.

2.5. Da Logística e do Deslocamento da Contratada

2.4.1. Toda a execução dos serviços de instalação, suporte e

manutenção ocorrerá exclusivamente no prédio-sede do TRE-MS, localizado em Campo Grande/MS.

2.4.2. **Não haverá pagamento de diárias**, ajuda de custo, reembolso de despesas com alimentação, hospedagem ou passagens aos técnicos e engenheiros da CONTRATADA. Todos os custos logísticos já devem estar previstos no valor mensal da locação.

2.4.3. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o provimento de transporte (veículos próprios ou locados) para que sua equipe técnica e seus equipamentos de reposição cheguem ao local de prestação do serviço dentro dos prazos estipulados no SLA. É expressamente vedada a utilização de veículos oficiais do TRE-MS pelos colaboradores da empresa contratada.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua de garantir a estabilidade das operações e a preservação da integridade dos dados da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul. O contrato atual (nº 11/2021), que fornece locação de nobreak para a sala do Rack Cofre, atingiu o limite temporal de 60 meses de renovações permitido pela Lei nº 8.666/93. Sendo assim, torna-se imperativa uma nova contratação para evitar a interrupção deste serviço crítico.

3.2. Dessa forma, torna-se necessário contratar uma empresa para a locação de um Sistema de Potência Ininterrupta (Nobreak) de grande porte, visando suprir de energia limpa e ininterrupta o ambiente de alta criticidade ("Rack Cofre"), que abriga os equipamentos de backup do TRE-MS.

3.3. Os OBJETIVOS a serem alcançados por meio da contratação são: Garantir a continuidade administrativa e jurisdicional do órgão por meio da alta disponibilidade elétrica, protegendo a eletrônica sensível dos servidores e storages contra distúrbios da rede elétrica, como variações de tensão e ruídos eletromagnéticos.

3.4. Os BENEFÍCIOS diretos e indiretos resultantes da contratação são:

3.4.1. Salvar os ativos críticos da TI, mitigando o risco de perda de dados, danos físicos aos equipamentos e comprometimento das cópias de segurança (DR - *Disaster Recovery*) em caso de quedas de energia sem o desligamento ordenado (*graceful shutdown*).

3.4.2. Evitar a paralisação das atividades processuais e administrativas, o que causaria prejuízos ao atendimento ao cidadão e ao andamento do cronograma eleitoral.

3.5. O objeto da contratação visa substituir a demanda continuada tratada inicialmente no Processo SEI 0001756-29.2021.6.12.8000, estando devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual do TRE-MS.

3.6. Será contratada empresa especializada para o fornecimento de solução integrada que contempla a locação de Nobreak com tecnologia *On-line* de Dupla Conversão (com tempo de transferência de zero ms), incluindo serviços técnicos especializados de instalação e manutenção integral preventiva e corretiva.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### 4.1. Requisitos Legais

4.1.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), à Resolução CNJ nº 468/2022 e às legislações ambientais vigentes, em especial à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), Resolução CONAMA nº 401/2008 e IN IBAMA nº 08/2012.

### 4.2. Requisitos Temporais e de Instalação

4.2.1. O prazo para a entrega, instalação e perfeito funcionamento do equipamento (início da prestação dos serviços) será de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

4.2.2. Não há obrigatoriedade de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços. Considerando que a visita e a vistoria são faculdades da empresa interessada, não será fornecido pelo TRE/MS comprovante de sua realização.

4.2.2.1. A participação na licitação a ser realizada para os serviços objeto deste Termo de Referência implica na aceitação integral das condições aqui fixadas e na admissão, pela empresa proponente, de que os elementos fornecidos pelo TRE/MS (como dimensões do espaço e restrições de acesso) foram suficientes para o correto dimensionamento dos serviços a serem prestados, bem como para a escolha e transporte dos materiais e equipamentos necessários.

4.2.2.2. Apesar da não obrigatoriedade, **recomenda-se com veemência** que seja realizada a visita técnica para o reconhecimento minucioso do local de instalação. A visita poderá ser agendada junto à Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), por meio dos telefones (67) 2107-7000 ou (67) 2107-7119 (das 12h às 18h), com os servidores Clodoaldo Campos, Breno Vergílio ou Robson Kobayashi.

### 4.3. Especificações Técnicas do Equipamento (NoBreak 20kVA)

4.3.1. A CONTRATADA deverá fornecer (sob regime de locação) equipamento **novo e de primeiro uso**, que atenda rigorosamente aos seguintes requisitos mínimos:

4.3.1.1. **Capacidade:** Potência nominal mínima de 20 kVA

4.3.1.2. **Tecnologia:** Topologia *On-Line* de Dupla Conversão (sem tempo de transferência para as baterias).

4.3.1.3. **Tensão e Frequência:** Entrada e Saída Trifásica 220V (F+F+F+N), operando em frequência de 60Hz.

4.3.1.4. **Fatores de Desempenho:** Fator de Cresta maior ou igual a 3:1; Fator de Potência de Entrada maior ou igual a 0.92; Fator de Potência de Saída maior ou igual a 0.8.

4.3.1.5. O equipamento não deve possuir transformadores externos e deve ser plenamente compatível com a operação em conjunto com Grupos Moto-Geradores (GMG).

4.3.1.6. **Bypass:** Possuir sistema de *bypass* manual e automático, permitindo manutenção sem interrupção do fornecimento à carga

crítica.

4.3.1.7. **Monitoramento:** Possuir porta RJ-45 para comunicação e monitoramento remoto via protocolo SNMP, integrada à rede de dados do Tribunal.

4.3.1.8. **Condições Ambientais:** Operar eficientemente em temperaturas entre 20°C e 40°C.

#### 4.4. Autonomia e Armazenamento de Energia

4.4.1. Garantia de funcionamento por, no mínimo, **15 (quinze) minutos** em carga plena em caso de interrupção da rede elétrica.

4.4.2. As baterias devem ser do tipo estacionárias, seladas e livres de manutenção.

4.4.3. A contratada deverá fornecer os gabinetes específicos para a acomodação segura das baterias, garantindo a organização do ambiente.

#### 4.5. Logística, Dimensões e Restrições de Acesso

4.5.1. A solução deve ser estritamente compatível com os espaços exíguos do local de instalação (Sala do antigo Datacenter) e as dimensões das rotas de acesso:

4.5.1.1. **Espaço para o Nobreak e Baterias:** Disponibilidade de 2,12m (A) x 1,53m (L) x 1,23m (P).

4.5.1.2. **Restrições de Acesso (Portas):** O equipamento principal deve passar por portas de 2,10m (A) x 89cm (L).

#### 4.6 Serviços de Manutenção e Acordo de Nível de Serviço (SLA)

4.6.1. O valor mensal da locação inclui o fornecimento irrestrito de insumos (peças, componentes eletrônicos, ventiladores e baterias), bem como as manutenções preventivas (conforme recomendação do fabricante, mediante agendamento prévio) e corretivas.

4.6.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar número de telefone (0800 ou ligação local) e/ou sistema *web* para abertura de chamados pela fiscalização.

4.6.3. Em caso de necessidade de manutenção corretiva, o serviço de suporte deverá ser prestado de segunda a sábado, das 8h às 19h.

4.6.4. **SLA de Solução:** A contratada deverá deixar o equipamento 100% operacional no prazo máximo de **05 (cinco) horas**, contados a partir da abertura do chamado pela fiscalização.

4.6.5. O transporte e a destinação final ambientalmente adequada das baterias substituídas serão de total responsabilidade da contratada.

4.6.6. **Do Equipamento de Backup:** Esgotadas as possibilidades de reparo no local em até 05 (cinco) horas, o equipamento (ou componente avariado) deverá ser imediatamente substituído por um *backup* de idênticas características e funcionalidades operacionais (não sendo exigido que o *backup* seja de primeiro uso).

4.6.6.1. No caso de remoção do equipamento, todas as despesas de transporte correrão por conta da contratada. O equipamento original (novo), após reparado, deverá ser reestabelecido no órgão no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos. Caso a restituição do original seja impossível, a contratada deverá

fornecer um novo equipamento com características similares ao originalmente exigido.

#### 4.7 Modelos de Referência

4.7.1. Como parâmetro de qualidade e desempenho, consideram-se os seguintes modelos (ou equivalentes): MGL 320 - 20kVA; CM Comandos Lineares - Sentry Master MPS Trifásico; Schneider Electric - Top DSP; SMS - Sinus Triphase; Socomec - Masterys BC.

4.8. **Natureza do objeto:** Trata-se de contratação de serviços Comuns de Tecnologia da Informação e Comunicação, de caráter continuado.

4.9. **Parcelamento do objeto:** Registra-se que não haverá parcelamento, por não ser técnica e economicamente viável. A divisão entre o fornecimento do equipamento e a manutenção por prestadores distintos geraria sobreposição de responsabilidades (risco de perda de garantia) e comprometeria o restabelecimento ágil da energia em caso de falhas, inviabilizando o sucesso da solução.

4.10. **Consórcio:** Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade da modalidade e o ramo de mercado capaz de atender à demanda, não será admitida a participação de consórcio na presente contratação.

4.11. **Garantia da Contratação:** Não haverá exigência de garantia da contratação prevista no artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

#### 4.12. **Sustentabilidade:**

4.12.1. Fornecer aos empregados os equipamentos de proteção individual e segurança (EPIs) necessários para a execução dos serviços elétricos (em atendimento à NR-10).

4.12.2. Fornecer equipamento compatível ambientalmente com o espaço, dimensionado para operar de forma eficiente em relação à dissipação térmica e consumo energético na sala do "Rack Cofre".

4.12.3. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados durante as manutenções.

4.12.4. Realizar, obrigatoriamente, o recolhimento e descarte ambientalmente adequado das baterias usadas ou inservíveis, bem como de placas eletrônicas, emitindo o respectivo certificado de destinação final.

4.12.5. Seguir os normativos do Núcleo Socioambiental do TRE-MS.

4.13. **Subcontratação:** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

### 5.1. Condições de Execução e Local de Prestação

5.1.1. A execução do objeto terá início a partir da assinatura do contrato, devendo a entrega e o *start-up* operacional ocorrerem no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**.

5.1.2. Os serviços de instalação, operação, suporte e manutenção ocorrerão exclusivamente no prédio-sede do TRE-MS, localizado em Campo Grande/MS, especificamente nas instalações do ambiente de alta criticidade ("Rack Cofre").

## 5.2. Recursos Necessários à Continuidade do Negócio

**5.2.1. Recursos Materiais:** A CONTRATADA deverá garantir o funcionamento contínuo do Sistema de Potência Ininterrupta (Nobreak 20kVA), mantendo em estoque os insumos de manutenção (peças de reposição e baterias sobressalentes) para atendimento imediato em caso de falha. A infraestrutura elétrica de apoio (painéis de *bypass* e geradores) e a conectividade de rede serão providas pelo TRE-MS.

**5.2.2. Recursos Humanos:** A prestação dos serviços contará com a equipe de técnicos e engenheiros da CONTRATADA, disponíveis presencialmente conforme o SLA. A fiscalização técnica e gestão de chamados ficarão a cargo da Seção de Gestão de Infraestrutura de TI do TRE-MS.

## 5.3. Estratégia de Transição Contratual

**5.3.1.** A transição entre o contrato de locação atual (*sainte*) e a nova contratação (*entrante*) deverá ser cirúrgica, para não paralisar o funcionamento do Rack Cofre.

**5.3.2.** A substituição física (desinstalação do equipamento antigo e instalação do novo) deverá ocorrer, obrigatoriamente, em "janela técnica" (finais de semana ou feriados), com duração máxima de interrupção em modo *bypass* previamente acordada com a equipe de Infraestrutura de TI do TRE-MS.

**5.3.3. Do Plano de Desmobilização e Continuidade:** A CONTRATADA obriga-se a cooperar integralmente com o TRE-MS e com eventual nova empresa contratada (*entrante*) ao término da vigência do seu contrato, visando garantir a continuidade ininterrupta do fornecimento de energia ao Rack Cofre.

**5.3.4.** Fica expressamente vedada a retirada abrupta do equipamento pela CONTRATADA no último dia de vigência contratual sem a prévia autorização e alinhamento com a fiscalização do TRE-MS. A desinstalação só poderá ocorrer no exato momento da "janela técnica" agendada para a substituição pelo novo equipamento.

**5.3.5.** A CONTRATADA concorda que a retirada dos seus equipamentos deverá ser executada de forma coordenada, permitindo que a nova empresa posicione e prepare o equipamento sucessor, garantindo que o tempo de transferência da carga (via painel de *bypass*) seja mínimo.

**5.3.6. Da Prorrogação Excepcional de Transição:** Caso o processo licitatório para a contratação da empresa sucessora sofra atrasos, ou a nova empresa enfrente contratempos na entrega do novo equipamento, a CONTRATADA compromete-se a manter o seu nobreak em pleno funcionamento e com a manutenção ativa, aceitando a prorrogação excepcional do contrato (conforme previsão do art. 107 da Lei nº 14.133/2021) pelo tempo estritamente necessário para a conclusão da transição, mediante o pagamento proporcional dos meses ou dias adicionais.

**5.3.7.** O descumprimento das regras de transição ou o desligamento não autorizado do equipamento por parte da CONTRATADA, que resulte em queda de energia para a carga crítica, sujeitará a empresa às sanções administrativas e à responsabilização civil por eventuais danos causados aos ativos de TIC do Tribunal.

## 5.4. Independência Tecnológica e Transferência de Conhecimento

5.4.1. A CONTRATADA deverá realizar treinamento operacional prático (*Hands-on*) para a equipe do TRE-MS após a instalação, contemplando:

5.4.1.1. Operação básica do painel do NoBreak.

5.4.1.2. Procedimentos de ativação e desativação do *bypass* manual.

5.4.1.3. Interpretação de alarmes e *logs* do *software* de monitoramento.

5.4.2. A empresa deverá entregar manuais técnicos e diagramas unifilares atualizados da instalação elétrica da solução.

5.4.3. A contratada deverá fornecer senhas de nível "Administrador" ou "Usuário" à fiscalização para visualização do *status* do equipamento.

5.4.4. Por tratar-se de locação, ao fim do contrato, o Tribunal não deterá a propriedade sobre o *hardware*, mas manterá a propriedade irrestrita sobre todos os dados, *logs* históricos de consumo e eventos elétricos registrados pelo *software*.

## 5.5. Critérios de Sustentabilidade

5.5.1. **Eficiência Energética e Climatização:** O equipamento deve possuir tecnologia de alta eficiência (*Eco Mode* ou similar) e operar com a menor dissipação de calor possível, reduzindo a carga no sistema de ar-condicionado do órgão.

5.5.2. **Logística Reversa:** A contratada é obrigada a realizar a coleta, transporte e destinação final ambientalmente correta das baterias inservíveis (Resolução CONAMA nº 401/2008 e Lei nº 12.305/2010), apresentando os certificados de destinação final ao Tribunal.

5.5.3. **Embalagens e Ruído:** Utilização prioritária de embalagens recicláveis e operação do equipamento dentro dos limites de decibéis permitidos para ambientes de trabalho técnico (normas da ABNT).

## 5.6. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

5.6.1. Devido à natureza crítica do ambiente (Rack Cofre), a CONTRATADA e seus prepostos deverão manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, projetos lógicos e informações das instalações do TRE-MS de que venham a ter conhecimento durante a instalação e manutenção.

5.6.2. Não é permitida a divulgação, cópia ou reprodução não autorizada da topologia de rede, rotinas de *backup* ou configurações de energia, devendo a empresa assinar Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo.

## 6. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

### 6.1. São obrigações do CONTRATANTE:

a) Requisitar a prestação dos serviços e fornecer todas as condições e acessos ao local (Rack Cofre) para que a contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas.

b) Nomear Gestor e Fiscal de contrato para acompanhar e fiscalizar a

execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

c) Receber provisória e definitivamente o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com as especificações exigidas.

d) Avaliar a qualidade na execução dos serviços de instalação e manutenção, acompanhando rigorosamente o cumprimento do Acordo de Nível de Serviço (SLA) pactuado.

e) Notificar a contratada, formalmente e por escrito (e-mail, ofício ou sistema próprio), sobre a ocorrência de eventuais falhas, imperfeições ou acionamento de chamados de manutenção corretiva.

f) Verificar a manutenção, por parte da CONTRATADA, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

g) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos e de acordo com as condições estipuladas neste Termo de Referência.

h) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas e contratuais cabíveis em caso de descumprimento de prazos e obrigações.

#### 6.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Executar o serviço de locação, instalação e manutenção do Sistema de Potência Ininterrupta (Nobreak 20kVA) de forma rápida e eficiente, cumprindo fielmente o estipulado neste Termo de Referência, no Edital e no Termo Contratual.

b) Garantir que o equipamento principal (novo e de primeiro uso), gabinetes de bateria e acessórios sejam de primeira qualidade, fornecendo todos os manuais técnicos e informações necessárias ao uso.

c) Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021).

d) Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto ao TRE-MS para resolver quaisquer questões pertinentes à execução dos serviços e coordenação da equipe.

e) Manter equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados (com certificação do fabricante e NR-10 em dia) e em completas condições de segurança, que deverão atuar fardados e portando crachás de identificação nas dependências do órgão.

f) Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, o equipamento ou componentes em que se verificarem defeitos (dentro do SLA de 05 horas), disponibilizando equipamento de *backup* caso o reparo no local não seja possível no prazo estipulado.

g) Assumir todos os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da execução do contrato, bem como arcar com o transporte, frete, embalagens e deslocamento de todo o equipamento e pessoal necessário.

h) Reparar quaisquer danos, avarias ou desaparecimento de bens materiais causados diretamente ao TRE-MS ou a terceiros por culpa, dolo ou negligência de seus prepostos ou empregados.

- i) Observar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no trabalho, especialmente a NR-10.
- j) Proceder ao recolhimento, transporte e descarte ambientalmente adequado das baterias e componentes substituídos considerados inservíveis, sem quaisquer ônus para o TRE-MS, apresentando os respectivos certificados.
- k) Proceder à limpeza rigorosa dos locais de trabalho no Rack Cofre após a execução das intervenções de instalação ou manutenção.
- l) Executar a transição contratual de forma colaborativa no final da vigência do contrato, conforme as diretrizes estipuladas no item 5.3 deste instrumento.
- m) Apresentar o faturamento tempestivamente no mês de dezembro de cada exercício, a fim de viabilizar a liquidação da despesa e evitar a inscrição em restos a pagar, conforme normativas internas do TRE-MS.
- n) Manter sigilo absoluto, protegendo informações confidenciais e privilegiadas da infraestrutura de TI do TRE-MS de que venha a ter conhecimento durante a execução contratual.
- o) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, bem como observar os princípios preconizados no Código de Conduta Ética do TRE-MS (Resolução nº 690/2020).
- p) Dar plena ciência do disposto na Portaria DG n.º 176/2023, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
  - 7.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.
  - 7.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), observando-se, em especial, as rotinas a seguir:

7.5.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.5.3. Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.5.5. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6. Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.1. Atuar tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.6.2. manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.6.3. formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.6.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.6.5.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

7.6.5.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e

qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da CONTRATADA.

7.6.5.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

7.6.5.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO**

8.1. **Da Medição:** O pagamento será mensal e fixo, referente à locação do Sistema de Potência Ininterrupta (Nobreak 20kVA) e aos serviços agregados. A mensuração para autorização do faturamento baseia-se na **disponibilidade contínua do equipamento** durante o mês de referência e no fiel cumprimento dos prazos estipulados no Acordo de Nível de Serviço (SLA) para eventuais manutenções preventivas e corretivas.

8.2. **Do Recebimento Provisório:** Será realizado pela fiscalização da STI no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da entrega da Nota Fiscal/Fatura e do relatório mensal de disponibilidade, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.3. Atendidas as condições indicadas, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal ou em termo próprio. O mero atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal (ou documento similar) por quem recebe a correspondência não configura o recebimento definitivo.

8.4. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, o equipamento ou componentes em que se verificarem defeitos. A fiscalização não atestará a medição mensal de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no Recebimento Provisório.

8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Termo de Contrato, sujeitando a empresa a glosas e penalidades.

8.6. **Do Recebimento Definitivo:** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, funcionalidade do equipamento e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências técnicas ou testes de carga.

8.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto (como discordância sobre a aplicação de glosas por descumprimento de SLA), deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução, para efeito de liquidação e pagamento.

8.9. Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto estiver pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou erro no instrumento de cobrança.

8.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil e técnica pela solidez e segurança elétrica do serviço.

## **9. DA LIQUIDAÇÃO**

9.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do serviço prestado (Locação de Nobreak 20kVA com manutenção), número do contrato, o período de referência (mês), bem como os preços unitário e total.

9.2. Para fins de atendimento à IN/RFB nº 1.234/2012 (e suas alterações), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidas na operação, exceto se a empresa for optante pelo Simples Nacional.

9.3. O procedimento de liquidação e pagamento só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação de regularidade fiscal (Receita Federal, INSS, FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação no SICAF.

9.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem após a comprovação da regularização, sem ônus ao TRE-MS.

9.5. Constatando-se situação de irregularidade fiscal ou trabalhista da CONTRATADA, será providenciada sua notificação por escrito para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente defesa.

9.5.1. A permanência da irregularidade pode culminar em rescisão contratual e aplicação de penalidades, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.5.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.6. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **10. PRAZO DE PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pela CONTRATADA.

10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido- CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo

opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

10.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.5. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$ .

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

11.2. A análise técnica das propostas será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

## **12. DAS MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**12.1. A contratação será de participação exclusiva à microempresas e empresas de pequeno porte,** nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

12.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

## **13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

13.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A

TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal. Em campo próprio do sistema.

#### Qualificação Técnica e Profissional

**e) CERTIDÃO DE REGISTRO ou INSCRIÇÃO DA EMPRESA (Pessoa Jurídica) na entidade profissional competente, com circunscrição na sede da empresa, devidamente válida;**

**f) CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (emitido por entidade profissional competente) ou ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL de execução de serviço similar, ambos em nome da empresa licitante, emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, de serviços similares ao que se pretende contratar.**

f.1) Entenda-se por serviço similar a execução de contrato de **locação** de nobreak, inclusa a **manutenção preventiva e corretiva**, em equipamentos com capacidade de, no mínimo, **10 KVA**.

f.2) Para fins de comprovação/verificação do serviço realizado e habilitação da empresa, poderá o pregoeiro requestar a apresentação de documentação complementar relativa ao atestado de capacidade técnica apresentado (ex: contrato de prestação de serviço entre a licitante e o emissor do atestado, etc), a ser enviada, mediante convocação de anexo do sistema, no **prazo máximo de 1 (um) dia útil**.

#### **14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

14.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 27.344,04** (vinte e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos), conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

14.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, conforme especificado na matriz de risco

#### **15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação orçamentária do TRE-MS.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de MS/Secretaria de Tecnologia da Informação;

II) Fonte de Recursos: : 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;

III) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;

IV) Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

V) Subitem do elemento de Despesa: 33.90.39.12 (Locação de Máquinas e Equipamentos).

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Minuta do Termo de Contrato.

Campo Grande, MS.

Robson Massaki Kobayashi  
Integrante Demandante

Clodoaldo Campos da Fonseca  
Integrante Técnico

Maria Julia de Arruda Mestieri  
Integrante Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI, Analista Judiciário**, em 23/06/2026, às 11:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2058940** e o código CRC **84D40BC6**.